

Quinta-feira, 17 de Novembro de 2005

Ano XI - Edição N.: 2485

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Políticas Urbanas - COMUSA

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete de setembro de dois mil e cinco, realizou-se a 14ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Av. Afonso Pena, 4.000 (quatro mil), 7º andar - Bairro Mangabeiras. Estavam presentes os conselheiros: Murilo de Campos Valadares (SMURBE), Ricardo Carvalho Ferreira Pires (SMPL), Paulo Roberto Takahashi (SUDECAP), Flávia Mourão Parreira do Amaral (SMAMA), Sinara Inácio Meireles Chenna e Edmundo José Martins (SLU), Helvécio Miranda Magalhães Júnior (SMSA), Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL), Antônio Leite Alves Radicchi (ONGs), Rômulo Thomaz Perilli (COPASA).

Verificado o quórum, o Conselheiro Murilo Valadares deu início à reunião passando a palavra para o Conselheiro Rômulo Thomaz Perilli para que procedesse à apresentação do primeiro ponto da pauta, o Controle da Qualidade da Água Distribuída em Belo Horizonte. O Conselheiro apresentou os responsáveis pelo laboratório do COPASA: o Dr. Aires, chefe da Divisão de Laboratório, o Dr. Daniel Adolfo, microbiologista, e o Dr. Arlindo, responsável pela montagem do Plano de Amostragem e do modelo de Gerência de Informação do Controle de Qualidade. Esses profissionais procederam a uma apresentação que estará disponível, em CD, aos conselheiros interessados já que não será possível encaminhar por email devido ao tamanho do arquivo. Ao final da apresentação da COPASA, a Dra Celeste, Gerente de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, tomou a palavra para apresentar um detalhamento maior do número de óbitos por doenças de veiculação hídrica, assunto discutido na última reunião do COMUSA, além de algumas informações sobre internação hospitalar. Segundo ela, em 2004, Belo Horizonte teve trinta e dois óbitos por doença diarreica aguda e 16,2 a 37,9 (dezesseis ponto dois a trinta e sete ponto nove) internações para cada dez mil habitantes, sendo que as taxas maiores se localizam no Barreiro e na Regional Nordeste. Os óbitos se concentram nas faixas etárias dos menores de um ano e maiores de sessenta anos, que representam a população mais fragilizada, com sistema imunitário menos competente. O Conselheiro Helvécio de Miranda Magalhães Júnior observou que cerca de duas mil internações por doenças de veiculação hídrica, em duzentas e vinte mil internações ao ano, significam menos de um por cento do total, o que representa um ponto muito positivo para Belo Horizonte. Esse número, porém, se distribui de forma absolutamente desigual, concentrando-se em áreas degradadas, em áreas de vulnerabilidade e risco social muito grande, áreas que exigem, portanto, grandes intervenções; e os sete óbitos acontecidos, em 2004, apesar de serem um número pequeno para uma cidade do porte de Belo Horizonte, são altamente significativos, primeiro por estarem exatamente nessas áreas de alto risco e, segundo, porque como a taxa de mortalidade infantil da cidade está caindo de forma sustentada, um único óbito faz muita diferença. O Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, parabenizou a COPASA pelo trabalho que esta vem fazendo no laboratório, trabalhando sempre de forma muito adequada. Fez ainda uma reflexão, remetendo a discussão para o Plano Municipal de Saneamento já que uma carência da primeira edição do Plano é que não se conseguiu, naquele momento, fazer uma vinculação da questão saneamento com a saúde; a forma como a SMSA está trabalhando hoje já permite, pelo menos em relação às doenças de veiculação hídrica, dar um tratamento que incorpore a análise de prioridade às questões epidemiológicas. O Secretário Executivo do COMUSA perguntou também à COPASA, se, em função do Plano de Amostragem, não valeria a pena incorporar ao Índice de Salubridade Ambiental - ISA, algo da metodologia do Plano de Amostragem, construindo, enfim, uma metodologia que incorpore a discussão do controle e da vigilância da qualidade da água. O Dr. Arlindo respondeu que essa discussão é importante sim, mas que ele acha que seria infrutífero um índice desse tipo, devido à excelente qualidade e homogeneidade da água distribuída em Belo Horizonte. Ao comentário do Engenheiro Weber Coutinho, da SMAMA, de que é preciso um estudo mais aprofundado da água nas vilas e favelas, o Conselheiro Rômulo Thomaz Perilli respondeu que, nesses locais, o problema está relacionado à coleta de esgotos e não ao abastecimento de água. Segundo ele, a Prefeitura e a COPASA estão elaborando um estudo conjunto para implantar redes coletoras e interceptores mesmo nos locais em que estão programadas, para médio prazo, ações do Drenurbs; há vários locais nos quais, com ações menores, pontuais, pode-se resolver problemas graves enquanto se espera que cheguem intervenções de grande porte. A Conselheira Sinara Inácio Meireles Chenna perguntou se o sistema de amostragem tem uma forma de, automaticamente, identificar os trechos de intermitência ou áreas em que houve problema de abastecimento e programar uma coleta, ao que o Dr. Arlindo respondeu que não, o sistema é retroalimentado e não se sabe previamente que uma região vai estar sem água, a não ser quando é uma interrupção programada; quando porém o coletor chega no local e o abastecimento está interrompido, esta informação é registrada. O Secretário Executivo do COMUSA, lembrou que há uma questão que precisa ser enfrentada que é a do

controle e vigilância das fontes alternativas de água. A Dra Celeste informou que a SMSA já entrou em contato com a COPASA e recebeu um relatório da empresa a respeito de fontes alternativa, minas, cisternas e poços artesianos, além de um volume sobre fontes alternativas estimadas. Ela aproveitou ainda o ensejo para solicitar da COPASA o envio dessas informações em meio magnético, já que o material recebido era em papel. O Engenheiro Weber Coutinho informou que a região da Pampulha já possui um levantamento atualizado de todas as fontes alternativas de água. Ao comentário do Secretário Executivo do COMUSA de que agora as informações sobre a qualidade da água devem constar das contas, o Conselheiro Rômulo respondeu que acha sem utilidade essa nova obrigação das companhias, visto que, na sua opinião, as informações são muito técnicas para serem compreendidas pelo cidadão comum. O Secretário do COMUSA discordou dessa avaliação e observou que essas informações precisariam apenas ser acompanhadas, necessariamente, de uma campanha de educação, de divulgação, de esclarecimento ao cidadão, na mídia, e até da impressão de alguns parâmetros mais significativos na conta para comparação. Mudando de assunto, o Secretário do COMUSA, que conduzia a reunião, sugeriu que o GGSAN, Secretaria Executiva deste Conselho, articule uma discussão técnica preparatória envolvendo a Secretaria de Meio Ambiente e a COPASA sobre a ausência de infra-estrutura de interceptação em Belo Horizonte, ponto de pauta sugerido pelo Conselheiro Murilo Valadares; este grupo prepararia o assunto e traria para o Conselho uma proposta que poderia desembocar numa metodologia de priorização dos investimentos na linha do Programa Caça-esgoto da COPASA. Tendo sido a proposta acatada por todos os Conselheiros presentes, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.